

Falta de especialistas expõe crianças atípicas à exclusão nas escolas do ABC

Amanda Lemos

A inclusão de crianças com deficiência nas redes públicas do ABC esbarra em um gargalo persistente: a falta de profissionais especializados para acompanhar o desenvolvimento pedagógico dentro das salas de aula. Embora garantido por lei, o suporte individualizado é precarizado e ainda não chega a todos, em muitos casos sequer está disponível.

Na prática, a ausência de professores auxiliares (PAs) especialistas transforma o que deveria ser inclusão em adaptação improvisada de educadores em sala de aula. Sem formação específica em educação especial, os profissionais de apoio ou estagiários têm de assumir funções pedagógicas para as quais não estão preparados, o que compromete o aprendizado dos alunos e sobrecarrega professores da sala regular.

Levantamento obtido pelo **RD** mostra que, na rede estadual, o número de professores auxiliares passou de 186 em 2024 para 295 em 2025, alta de 58,6%, mas caiu para 284 em 2026, redução de 3,72%. Apesar da variação, a Secretaria de Educação do Estado não informou quantas escolas contam com ao menos um desses profissionais, o que impede mensurar a real cobertura do atendimento nas escolas da região.

Em nota, o Estado afirmou apenas que todo aluno elegível à Educação Especial tem vaga garantida e acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado no contraturno. A pasta, no entanto, não detalhou como esses profissionais estão distribuídos entre as unidades.

Modelo desigual e insuficiente

O modelo de educação apresentado é desigual entre as cidades do ABC, o que revela diferentes formatos de atendimento que nem sempre dão conta da demanda real. Em Rio Grande da Serra, por exemplo, toda a rede conta com apenas uma professora capacitada na Educação Especial, responsável pela Sala de Recursos, que tem capacidade para até 30 alunos – número este que permanece inalterado

desde 2024, segundo a Prefeitura.

Em Diadema, são 97 professores especialistas para atender cerca de 1.800 alunos com deficiência. Ainda assim, há uma fila de aproximadamente 360 crianças que aguardam atendimento nas salas de recursos. No município, não existe a função de professor auxiliar em sala regular – o acompanhamento é feito por profissionais de apoio com exigência de ensino médio.

Já São Bernardo possui 228 profissionais do Atendimento Educacional Especializado para atender pouco mais de 1,9 mil estudantes, além de 2.476 cuidadores. Apesar de não haver fila de espera e alunos sem atendimento, a Prefeitura afirma que não há previsão de ampliação do quadro.

Em São Caetano a pasta de Educação não prevê professor auxiliar como política pública. O atendimento é realizado por professores especialistas, auxiliares de inclusão e estagiários. Mauá informou atender 606 alunos com deficiência, mas não detalhou o número de profissionais disponíveis.

Em Ribeirão Pires, a Prefeitura informou que o atendimento a alunos com necessidades educacionais específicas é realizado por meio de 13 Salas de Recursos, onde atuam professoras com especialização em educação inclusiva. Atualmente, 460 estudantes são acompanhados pela educação especializada no município.

A administração municipal afirma que a contratação de auxiliares ocorre ao longo do ano, conforme a apresentação de laudos e a demanda das escolas. No entanto, não é exigida especialização específica para atuar como professor auxiliar – a formação mínima é em Pedagogia -, sendo ofertados encontros formativos mensais para capacitação dos profissionais, especialmente estagiários.

Já em Santo André, a rede municipal não utiliza a nomenclatura de professor auxiliar, mas a administração informa que conta com 54 Professores de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e 42 Professores Assessores de Educação Inclusiva (PAEI), que atuam no suporte pedagógico aos estudantes com deficiência.

Ao final de 2025, a rede registrava 2.803 alunos elegíveis para a educação especial inclusiva, dos quais 1.429 necessitavam de apoio parcial ou exclusivo. A Prefeitura afirma que não há fila de espera para atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais e destaca que os profissionais são contratados por concurso público, com exigência de formação superior e especialização na área para o cargo de PAEE.

“Meu filho está na sala, mas não está aprendendo”

Em entrevista ao **RD**, Denise Fernanda Sousa, mãe de três filhos – um deles autista -, relata que o pequeno Arthur, de 7 anos, é exemplo da escassez de profissionais. Na escola municipal onde estuda, a Emeief Felipe Ricci de Camargo, em Santo André, ainda não há professor auxiliar especializado.

“Há uma estagiária para a escola inteira no período da manhã. O pouco progresso que ele tem é fruto do esforço dos professores, que, por sinal, se dedicam muito para alfabetizar meu filho”, afirma a mãe, que também integra um grupo de mães atípicas nas redes sociais.

Diagnosticado com autismo nível 2 de suporte, Arthur depende de acompanhamento constante para avançar no aprendizado – algo que, na prática, não é garantido pela rede pública. “Meu filho está na sala, mas não está aprendendo como deveria. Chamam isso de inclusão, mas é só presença física”, relata.

Para suprir a falta de apoio, Denis recorreu à rede privada. Arthur passou a frequentar, no contraturno, a Escola de Educação Infantil Picolino Mio, que desenvolve atividades voltadas ao seu aprendizado sem segregação em sala de aula. Além disso, mantém terapias intensivas com equipe multidisciplinar também em rede particular, outro desafio enfrentado na rede pública.

“A Prefeitura até tem o programa TEAcolhe, mas oferece apenas 40 minutos de terapia a cada 15 dias, é insuficiente”, afirma. Atualmente, segundo ela, o filho realiza duas horas diárias de atendimento em serviços particulares.

Direito garantido, realidade negada

Para a professora Margarete Suzano Di Cicco, integrante do grupo de mães atípicas da região, o cenário atual da educação inclusiva é marcado por precarização e pela ausência de políticas públicas efetivas. “O cuidador tem sua importância no apoio básico, como alimentação e higiene, mas o professor auxiliar é quem acompanha o desenvolvimento pedagógico da criança. São funções completamente diferentes, e esse direito simplesmente não está sendo garantido”, afirma.

Margarete ressalta que a legislação é clara ao assegurar esse acompanhamento. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação determinam que alunos com deficiência tenham acesso a um profissional especializado sempre que houver necessidade, ao longo de toda a vida

escolar. Na prática, porém, o acesso ao professor auxiliar ainda é restrito e, muitas vezes, condicionado à judicialização.

“Hoje, muitas famílias só conseguem esse profissional entrando na Justiça. Não pode ser assim. Não é favor, é um direito da criança”, critica. Ainda de acordo com Margarete, o modelo adotado pelo poder público, baseado principalmente em atendimentos no contraturno, como as salas de recursos, não supre a demanda real.

“O aluno precisa de acompanhamento dentro da sala de aula, no dia a dia. Ele precisa de rotina, de alguém que esteja ali mediando o aprendizado. Não dá para um professor atender três, quatro, cinco alunos atípicos ao mesmo tempo, cada um com uma necessidade diferente. Isso não funciona.”

Em entrevista ao **RD**, a professora também aponta, ainda, a falta de investimento na formação e valorização dos profissionais como um dos principais entraves para a efetivação da política de inclusão. “Falta concurso, falta incentivo, falta estrutura. Muitos professores se especializam pagando do próprio bolso, porque o Estado não oferece suporte. Outros acabam desistindo. É um sistema que não se sustenta”, diz.

Para a professora, é preciso avançar na construção de uma política pública mais estruturada, que envolva Estado e municípios de forma integrada. “A educação inclusiva exige um trabalho conjunto entre escola, família e profissionais especializados. Do jeito que está hoje, estamos longe disso. O que existe é um discurso de inclusão, mas, na prática, o que vemos é uma rede sobrecarregada e crianças sem o suporte que precisam”, afirma.

O contraste com a rede privada

Enquanto famílias da rede pública enfrentam dificuldades, escolas particulares com estrutura reduzida conseguem oferecer acompanhamento mais próximo.

Na Escola de Educação Infantil Picolino Mio, em Santo André, onde Arthur estuda, a diretora Ana Maria Mascaro, que é neuropsicopedagoga, afirma que o avanço no atendimento depende de formação e olhar individualizado, mas sem segregação com as demais crianças.

“Iniciamos esse trabalho na escola há cerca de quatro anos, quando ainda pouco se falava das famílias atípicas. Hoje se fala mais, mas ainda temos poucas políticas públicas”, afirma. Com turmas de até nove alunos, sendo eles atípicos e não típicos, a escola adapta atividades conforme o perfil de cada criança, sem

separação. “A gente não separa. Adapta o material e observa cada criança. É um trabalho diário”, diz.

Segundo a diretora, o convívio escolar pode potencializar o desenvolvimento da criança atípica. “Muitas vezes o resultado vem mais rápido do que apenas na clínica, porque a criança aprende na convivência com outras, no dia a dia da escola. Isso não significa que o atendimento clínico não seja essencial, porque ele é, mas quando aliado às atividades em grupo e a um olhar individualizado dentro da sala, o avanço tende a ser mais significativo”, explica.

A diretora pondera, porém, que essa realidade é difícil de replicar na rede pública. “Com muitos alunos em sala, fica muito mais difícil ter esse olhar individual”, diz.

Inclusão no papel, exclusão na prática

Apesar das diretrizes nacionais e da legislação que garantem o direito à educação inclusiva, a realidade nas escolas ainda escancara um descompasso entre a política pública e sua execução. Entre discursos e relatos de famílias, o que se vê é uma inclusão que, muitas vezes, não se traduz em aprendizado efetivo. Para pais e mães, o problema principal está na estrutura.

Pai de uma criança autista, o ativista Thiago Almeida, de Mauá, afirma que o acesso ao professor auxiliar especializado é determinante para o desenvolvimento escolar – mas ainda distante da realidade de muitas famílias. Atualmente, o filho está matriculado na rede privada, após enfrentar dificuldades de acesso a suporte adequado na rede pública.

Segundo ele, quando o suporte existe, os efeitos são imediatos. “Há mais organização, melhora na participação e redução de crises. O acompanhamento faz diferença concreta no acesso à aprendizagem e na convivência escolar”, explica.

A ausência, no entanto, ainda é frequente. Thiago relata que a demora no acesso ao profissional empurra famílias para a judicialização de um direito já garantido. “A criança continua frequentando a escola sem o suporte necessário, o que gera insegurança. Parece que o sistema empurra as famílias para a Justiça”, afirma.

Além dos prejuízos pedagógicos, o impacto atinge diretamente a rotina familiar. “Quando o suporte falha, toda a família precisa se reorganizar emocional e financeiramente para suprir uma lacuna que não deveria existir.” Ele ressalta, porém, que o acompanhamento especializado não deve ser visto como permanente em todos os casos, mas como ferramenta para promover autonomia. “Meu filho precisou desse suporte e hoje já não precisa mais. Esse é o objetivo:

que a criança evolua. Mas, para isso acontecer, o apoio precisa existir desde o início”, defende.

Para Thiago, a principal falha está na distância entre o discurso e a realidade. “Sem suporte, a inclusão vira só uma palavra bonita. É um direito que existe no papel, mas não chega na ponta” afirma.

Falta de investimentos

Para a neuropsicóloga e psicopedagoga Alessandra Wajnsztein, a dificuldade em garantir o suporte adequado nas escolas está diretamente ligada à falta de investimento e articulação entre as políticas públicas. Em entrevista ao **RD**, a especialista destaca que, apesar dos avanços legais – como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e o Decreto nº 12.773/2025, que reforçam o direito ao acompanhamento especializado e à estrutura adequada -, a realidade ainda é marcada por falhas na execução.

“Temos leis muito bem estruturadas, mas falta articulação entre os setores e investimento contínuo para que elas saiam do papel”, afirma. Segundo Alessandra, a escola é peça central no desenvolvimento dessas crianças e precisa estar preparada, com profissionais capacitados e suporte permanente, algo que, hoje, ainda ocorre de forma desigual e insuficiente.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3797935/falta-de-especialistas-expoe-criancas-atipicas-a-exclusao-nas-escolas-do-abc/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Cidades